

SPE Integra S.A.

CNPJ nº 47.732.462/0001-67

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.S.s., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2025 e 31/12/2024, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 17 de abril de 2026.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	6.215	21.534
Ativo financeiro em formação	9	14.653	321.295
Adiantamentos a fornecedores	7	731	6.666
Estoques	8	1.209	1.678
Tributos a recuperar	-	1.240	1.043
Despesas antecipadas	-	203	318
Total do ativo circulante		24.251	352.536
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	11	25.171	15.983
Caixa restrito	6	1.659	-
Outros créditos	-	43	51
Ativo financeiro em formação	9	154.757	12.571
Impostos diferidos	11	154	41
Total realizável longo prazo		181.784	28.646
Imobilizado	10	193	215
Intangível	10	89	89
Total imobilizado e intangível		282	304
Total do ativo não circulante		182.066	28.950
Total do ativo		206.317	381.486

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)										
Saldo em 31/12/2023	Notas	Subscrito e integralizado		Capital social		Reserva		Reserva de lucros		
		integralizado	integralizar	AFAC	legal	especial	a distribuir	Reserva de lucros acumulados	Total	
14		18.592	(9.296)	1.707	269	1.280	-	3.840	-	16.393
Saldo em 31/12/2023		18.592	(9.296)	1.707	269	1.280	-	3.840	-	16.393
Transações com acionistas										
Integralização de capital social AFAC	14	7.589	7.589	-	-	-	-	-	-	7.589
Distribuição de dividendos 2023	-	-	-	-	-	(1.280)	-	-	-	(1.280)
Constituição de reservas legal	-	-	-	-	1.307	-	-	-	-	(1.307)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	24.836	-	(24.836)
Distribuição de dividendos 2024	14	-	-	-	-	-	-	(6.209)	-	(6.209)
Saldo em 31/12/2024		18.592	-	-	1.576	-	-	22.467	-	42.636
Transações com acionistas										
Constituição de reservas legal	14	-	-	-	534	-	-	-	-	(534)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	-	-	-	-	10.153	-	(10.153)
Distribuição de dividendos 2025	14	-	-	-	-	-	-	(2.538)	-	(2.538)
Saldo em 31/12/2025		18.592	-	-	2.110	-	-	30.082	-	50.785

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A SPE Integra S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do estado de São Paulo, constituída em 26/08/2022, tendo como objeto social a exploração da concessão administrativa para a prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à operação de Centros Educacionais Unificados (CEUs) foram implementadas no município de São Paulo. O Objeto Social da Companhia é específico em relação ao Contrato de Concessão SME nº 416/SME/2022, oriundo do Edital de concorrência nº EC/007/2022/SGM-SEDP. A concessão possui um prazo total de 25 anos, fazendo parte do seu escopo a construção de 5 novos CEUs. A Companhia é controlada diretamente pela Integre Brasil S.A. Em 18/05/2023, a Companhia obteve do Poder Concedente a ordem de início para fase de implantação de 04 (quatro) dos 05 (cinco) CEUs que fazem parte do seu objeto de contrato, tendo havido que as licenças para a execução das obras foram obtidas em ato contínuo à referida ordem de início, ainda em 2023. As obras desses 04 CEUs, sendo eles: CEU Cidade Líder, CEU Ermelino Matarazzo, CEU Imperador e CEU Cidade Ademar. A Conclusão destas obras ocorreu durante o ano de 2025 e as unidades estão em plena operação. No primeiro semestre de 2024, a Concessionária obteve a ordem de início e licença para execução das obras de implantação do CEU Grajaú, e a entrega para operação ocorreu em fevereiro de 2026, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 – Eventos subsequentes. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 11/03/2026. **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo aquelas previstas na legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia declara que essas divulgações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e são mais complexas, bem como as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 9 (Ativo financeiro em formação) e 11 (Tributos diferidos). As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Instrumentos financeiros:** **2.3.1. Ativos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo, e subsequentemente, dependendo de sua classificação, podem ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. b) **Classificação:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.3.2. Passivos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados de acordo com sua classificação: **Custo amortizado:** aplicável a empréstimos e financiamentos, utilizando o método dos juros efetivos. **Valor justo por meio do resultado:** aplicável a instrumentos designados nessa categoria, com variações reconhecidas diretamente no resultado. b) **Classificação:** A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Após o reconhecimento inicial ao valor justo acrescido dos custos de transação, os passivos são atualizados pelo método dos juros efetivos, refletindo a apropriação de encargos financeiros e amortizações ao longo do prazo contratual. **2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.3.4. Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.3.5. Instrumentos de Hedge:** A Companhia, em conformidade com suas práticas de gestão financeira e de riscos, informa que não utiliza instrumentos de hedge para proteção contra variações cambiais, de taxas de juros ou de preços de commodities. Consequentemente, não há valores registrados nas demonstrações financeiras referentes a operações de hedge, seja de natureza contábil ou econômica, no exercício findo em 31/12/2025. **2.4. Ativo financeiro em formação:** O ativo financeiro em formação é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP (Parceria Público Privado) com a Prefeitura de São Paulo (Nota Explicativa nº 1). As concessões estão dentro do alcance da ICP 01 e o respectivo ativo está classificado como ativo financeiro em formação. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICP 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança. À luz do Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) – "Custos dos empréstimos", a capitalização

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IRPJ e CSLL		17.891	39.611
Ajustes			
Tributos diferidos sobre ativo financeiro		11.383	30.432
Depreciação		22	29
Variação dos ativos e passivos			
Ativo financeiro da concessão		188.626	(248.439)
Pagamento de juros		(22.346)	(21.003)
Adiantamento a fornecedores		5.935	(1.989)
Estoque		469	(445)
Despesas antecipadas		116	143
Tributos a recuperar		(9.383)	(13.805)
Outros ativos		(105)	(34)
Fornecedores		(11.617)	9.277
Encargos sociais		(856)	-
Impostos taxas e contribuições		(122)	1.036
Outros passivos		-	(92)
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades operacionais		180.257	(205.279)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito		(1.659)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.659)	(188)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital e AFAC		-	7.589
Captação de empréstimos		10.642	204.069
Amortização de principal		(204.430)	-
Custos sobre empréstimos		(129)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(193.917)	211.658
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(15.319)	6.191
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		21.534	15.343
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.215	21.534
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(15.319)	6.191

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

trajetórias financeiras; b) IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública; divulgações; c) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros; d) Melhoria anual às normas contábeis IFRS – Volume 11; e) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais. f) Com a entrada em vigor da Reforma Tributária, que substituiu tributos indiretos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Companhia está em processo de adaptação às novas regras fiscais até a data de aprovação destas demonstrações, não foram identificados impactos relevantes. A Companhia avaliou as normas e não prevê impacto significativo nas demonstrações financeiras de 2025 em diante. **4. Gestão de risco financeiro:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro, contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira das operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização das aplicações financeiras, incluindo conta a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **c) Risco de taxa de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa nº 5. A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia

Exposição patrimonial	Risco	Taxa projetada	Cenário razoavelmente provável				
			Provável – Ganho/ (Perda)	I – Aumento de 25%	II – Aumento de 50%	III – Queda de 25%	IV – Queda de 50%
Ativos financeiros							
1. Aplicações financeiras	CDI	12,25%	689	861	1.034	517	344
Passivos financeiros							
2. Notas comerciais BTG	CDI	12,25%	(1.943)	(2.428)	(2.915)	(1.458)	(972)
3. Financiamento e cap giro	IPCA	3,97%	(2.132)	(2.664)	(3.201)	(1.600)	(1.069)
Impacto no resultado e patrimônio líquido			(3.386)	(4.231)	(5.082)	(2.541)	(1.697)

e) Risco cambial: Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. **5. Instrumentos financeiros por categoria:** **Mensurado ao custo amortizado**

	Notas	2025	2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa restrito (i)	-	1.659	-
Aplicações financeiras	6	5.627	21.308
Ativo financeiro em formação	8	169.410	333.866
Total		176.696	355.174
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	3.638	15.255
Empréstimos e financiamentos	11	68.299	260.391
Total		71.937	275.646

(i) Em 31/12/2025, a Companhia apresenta saldo de Caixa Restrito no montante de 1.659, registrado no ativo não circulante relativo aos recursos vinculados ao contrato de financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Esse valor corresponde a recursos vinculados ao contrato de financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cuja utilização está condicionada ao cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas. O valor está aplicado no Banco do Brasil com rentabilidade lastreada na taxa básica de juros do Brasil – Selic, acumulada no ano de 2025 no percentual de 14,04%. **6. Caixa e equivalente de caixa:**

	2025	2024
Caixa e bancos	588	226
Aplicações financeiras (i)	5.627	21.308
Caixa restrito (ii)	1.659	-
Total	7.874	21.534
Ativo circulante	6.215	21.534
Ativo não circulante	1.659	-

(i) Em 31/12/2025, R\$ 147 referem-se a Certificados de Depósito Bancário, que buscam remunerar a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata, enquanto R\$ 5.408 referem-se a fundos de investimentos de baixo risco com base em renda fixa pós-fixada

	2025	2024
Receita de construção	461.782	316.794
Atualização do ativo financeiro	37.880	17.072
Recebimentos de aporte (i)	(326.122)	-
Recebimentos de contraprestação	(4.130)	-
Total	169.410	333.866
Ativo circulante	14.653	321.295
Ativo não circulante	154.757	12.571

(i) Durante o ano de 2025, foram entregues as obras relativas aos CEUs

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



SPE Integra S.A.

Cidade Líder, CEU Ermelino Matarazzo, CEU Imperador e CEU Cidade Ademar. A partir dessas entregas, a Companhia recebeu Aportes Públicos do Poder Concedente que tem como finalidade amortizar parte dos investimentos em CapEx que compõe o Ativo Financeiro. Além disso, com o início da operação dos CEUs, a Companhia passou a receber as parcelas recorrentes (mensais) de Contraprestações do serviço público, das quais uma parcela visa a amortizar o Ativo Financeiro remanescente aos Aportes Públicos. Segue mapa de movimentação do ativo financeiro, a partir dos investimentos na construção dos 05 CEUs, trazendo os saldos acumulados até cada ano:

	2025	Adições	2024
Custo incorrido			
Investimentos na construção dos CEUs	400.474	135.533	264.941
Crédito de PIS e Cofins	(25.171)	(9.188)	(15.983)
Custo líquido de impostos	375.303	126.344	248.958
Margem da construção	86.479	18.643	67.836
Atualização do ativo financeiro	37.880	20.808	17.072
Recebimento de aportes	(326.122)	(326.122)	-
Recebimento de contraprestação	(4.130)	(4.130)	-
Total	169.410	(164.456)	333.866

10. Imobilizado e intangível:

	Aqui- sões	Depreciação acumulada	2025	2024
Imobilizado				
Móveis, utensílios e instalações comerciais	190	-	(37)	153
Computadores e periféricos	85	-	(45)	40
Total	275	-	(82)	193
Intangível				
Softwares ou programas de computadores	89	-	-	89
Total	89	-	-	89

b) Impostos diferidos e correntes registrados no resultado:

	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	17.891	17.891	35.782	39.611	39.611	79.222
Adições	980	980	1.960	-	-	1.960
Exclusões - Contratos de concessão de serviços públicos.	(20.801)	(20.801)	(41.602)	(39.733)	(39.733)	(81.536)
Resultado fiscal	(1.930)	(1.930)	(3.860)	(122)	(122)	(2.402)
Impostos correntes registrados no resultado	(340)	(125)	(465)	-	-	(465)
Ativo financeiro em formação	(4.955)	(1.784)	(6.739)	(9.934)	(3.576)	(13.510)
Prejuízo fiscal	-	-	-	31	11	42
Impostos diferidos registrados no resultado	(4.955)	(1.784)	(6.739)	(9.903)	(3.565)	(13.468)

12. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Taxas contratuais	Vencimento final	2025	2024
Notas comerciais	3,60 a.a. + 100% DI	Março de 2036	15.860	220.262
Sub crédito A	IPCA + 6,28 % a.a.	Outubro de 2041	41.523	37.548
BNDES	+Spread 1,72% a.a.	Outubro de 2041	12.181	3.718
Sub crédito B	IPCA + 6,28 % a.a.	Outubro de 2041	12.181	3.718
BNDES	+Spread 2,52% a.a.	Outubro de 2041	12.181	3.718
Mensais: (-) Custos na transação com empréstimos			(1.265)	(1.137)
Total			68.299	260.391
Passivo circulante			19.741	221.002
Passivo não circulante			48.558	39.389

Crédito de Curto Prazo - BTG: Em 27/03/2023, a Companhia assinou o Termo Compromisso para Estruturação de Emissão Privada de Valores Mobiliários nº CMT37/22, junto ao Banco BTG Pactual S.A., referente à operação de crédito para captação de R\$ 220.000. Até o término deste exercício foi captado 100% do crédito disponível. O montante captado foi aplicado nas obras e infraestrutura do projeto, referente à implantação dos 5 Centros de Educacionais Unificados, que fazem parte do escopo da PPP mantida entre a Companhia e a Prefeitura de São Paulo. Além da taxa remuneratória, o Termo de Compromisso prevê pagamento de comissão equivalente à 1,7%, a ser desembolsada de forma mensal, incidente sobre o saldo do valor limite do compromisso que não tenha sido efetivamente desembolsado. Em razão da contratação do crédito com o Banco BTG, a Companhia (tomadora) ofereceu como garantia a cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão outorgada no âmbito do Contrato de PPP mantido com a Prefeitura de São Paulo (Poder Concedente), incluindo os direitos creditórios referentes ao Aporte, equivalente a R\$ 289 milhões, oriundo do Contrato de PPP, exceto pela contraprestação mensal devida à Emissora pelo Poder Concedente no âmbito do Contrato de PPP. **Crédito de Longo Prazo - BNDES:** Em 16/08/2024, a Companhia celebrou o contrato de financiamento junto ao banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Social com crédito autorizado de R\$ 52.605 divididos em Subcrédito "A", no valor de R\$ 40.465 e, Subcrédito "B", no valor de R\$ 12.140. A captação também está destinada à realização das obras e infraestrutura do projeto, referente à implantação dos 5 Centros de Educacionais Unificados, que fazem parte do escopo da PPP mantida entre a Companhia e a Prefeitura de São Paulo. Até o término deste exercício, a Companhia utilizou R\$ 51.107 do total disponível, havendo os seguintes detalhes: **Garantias:** A operação de crédito com o BNDES foi firmada mediante a constituição de garantia de penhor das ações da SPE detidas pela EPO Participações, bem como a cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão, celebrado entre a SPE e o Município de São Paulo ("Poder Concedente"), sendo eles: (i) direito ao recebimento do crédito decorrente das Contraprestações Públicas Máximas Mensais; (ii) direito ao recebimento dos créditos decorrentes do sistema de garantias constituído pelo Poder Concedente em favor da SPE; (iii) direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à SPE no âmbito do Contrato de Concessão, com exceção do aporte de recursos; e (iv) a totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros, detidos pela Cliente contra o Banco Administrador de Garantias (Banco do Brasil S.A.), relativos aos depósitos dos créditos decorrentes dos Direitos Cedidos pela SPE ao BNDES. Segue a movimentação total dos empréstimos no exercício:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	260.391	55.258
Captação de empréstimo	10.642	205.207
Juros sobre empréstimos - Capitalizados	24.170	22.066
Pagamento de juros sobre empréstimos	(22.346)	(21.003)
Amortização de principal	(204.430)	-
Custo na emissão de empréstimos	(128)	(1.137)
Total	68.299	260.391

Covenants: Como *covenant* financeiro, o contrato estabelece a obrigatoriedade de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Ajustado (ICSD)¹ mínimo de 1,30 a partir do exercício de 2026, bem como limitações à distribuição de dividendos de 25% sobre o lucro, à contratação de novos entendidos como qualquer operação que gere obrigações financeiras adicionais para a Companhia - incluindo empréstimos, financiamentos, emissões de dívida, mútuos com partes relacionadas e

Reserva legal: A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro do exercício no montante de R\$ 534 (2025), R\$ 1.307 (2024) e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital.

Reserva de lucro a distribuir: A Diretoria da Companhia propôs a constituição dessa reserva no montante de R\$ 10.153 (2025) R\$ 24.836 (2024), através do expediente da destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2025, após a constituição reserva legal. Tendo em vista o artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. **iii) Distribuição de dividendos:** Observadas as condições do Estatuto e das cláusulas restritivas previstas no contrato de empréstimo com o Banco BNDES, a Companhia decidiu pela constituição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% correspondente a R\$ 2.538 (2025) R\$ 6.209 (2024).

	2025	2024
Dividendos a pagar	-	-
Total	10.027	7.489

Movimentação da reserva

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.687	26.143
Reserva legal (5%)	534	1.307
Base de cálculo dos dividendos (Lucro líquido deduzido da reserva legal)	10.153	24.836
Dividendos mínimo (25%)	2.538	6.209

15. Receitas líquidas:

	2025	2024
Operações continuadas		
Receita de construção da infraestrutura	144.988	254.929
Receita da operação	16.020	-
Atualização do ativo financeiro	20.808	15.576
Impostos e contribuições sobre receitas	(20.451)	(30.432)
Receita líquida de serviços	161.365	240.073

16. Custos: a) Custos da construção:

	2025	2024
Serviços de terceiros	(34.464)	(87.187)
Materiais aplicados	(35.649)	(53.288)

Reservas de lucros: Em 31/12/2025 e 2024, as reservas foram constituídas da seguinte forma: **i) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro do exercício no montante de R\$ 534 (2025), R\$ 1.307 (2024) e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. **ii) Reserva de lucro a distribuir:** A Diretoria da Companhia propôs a constituição dessa reserva no montante de R\$ 10.153 (2025) R\$ 24.836 (2024), através do expediente da destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2025, após a constituição reserva legal. Tendo em vista o artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. **iii) Distribuição de dividendos:** Observadas as condições do Estatuto e das cláusulas restritivas previstas no contrato de empréstimo com o Banco BNDES, a Companhia decidiu pela constituição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% correspondente a R\$ 2.538 (2025) R\$ 6.209 (2024).

Acionistas

	2025	2024
EPO Participações Ltda.	18.406	99%
Integra Brasil S.A.	18.406	99%
GSA Gestão da Propriedade Imobiliária e Incorporação Ltda.	186	1%
Total	18.592	100%

19. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

Projeto	Ramo	Vigência	Montante da cobertura
JNS Seguradora S.A.	Seguro garantia de performance	Setembro de 2026	80.779
Tóki Marine	Riscos de engenharia	Junho de 2026	83.115
Tóki Marine	Responsabilidade civil	Junho de 2026	5.000
AIG Seguros	Responsabilidade civil D&O	Abri de 2026	15.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **20. Eventos subsequentes:** Em 04/02/2026 ocorreu a inauguração do 5º e último CEU construído - CEU Grajaú (denominado Padre Ticão). O início da operação se deu nessa mesma data e desta forma, a Companhia passou a ter todos os CEUs relativos ao contrato de PPP em operação plena. **21. Transações que não envolvem o caixa:** Em 31/12/2025, a Companhia registrou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.538 (2025) R\$ 6.209 (2024), correspondente a 25% do lucro líquido do exercício após a constituição da Reserva legal. Essa operação não implicou movimentação de caixa no período, uma vez que os dividendos foram declarados, mas ainda não pagos aos acionistas na data-base das demonstrações financeiras. Nos termos da legislação societária vigente e do Estatuto Social da Companhia, os dividendos declarados constituem obrigação da Companhia perante seus acionistas e estão registrados no passivo não circulante, sob a rubrica Dividendos a pagar. A Companhia também procedeu com a capitalização de juros sobre empréstimos R\$ 24.170 (2025) R\$ 22.066 (2024) destinados a investimentos em CapEx. Essa operação não envolveu movimentação de caixa sendo registrada diretamente no ativo.

Diretoria

Clébio Antônio Batista Filho - Diretor presidente
Rafael Sabatini Lopes - Diretor Financeiro
Cláudia Cavalcante Braga - Controladora - CRC SP 272540-0-7

Grant Thornton **Maria Aparecida Regina Cozoro Abdo**
Auditores Independentes Ltda. Contadora
CRC 25P-025.583/0-1 CRC 15P-223.177/0-1

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

